

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: “A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”

Volume 22 | Número 2 | Ano/período: maio/agosto 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i2.14875

ISSN: 2763-8804

Tenentismo e mineração:

estruturação do setor de mineral pelo estado

José Otávio Aguiar¹  

Matheus Henrique da Silva Alcântara²  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

AGUIAR, José Otávio; ALCÂNTARA, Matheus Henrique da Silva. Tenentismo e mineração: estruturação do setor de mineral pelo estado. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.09-29, mai-ago 2023.

Recebido em: 10/04/2023 | **Aprovado em:** 01/05/2023 | **Publicado em:** 20/07/2023

¹ Doutorado em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Associado IV Retide Dedicção Exclusiva (Unidade Acadêmica de História - Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista de Produtividade do CNPQ, nível II, grande área de Ciências Ambientais, subárea de História do Brasil. E-mail: jose.otavio@professor.ufcg.edu.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista da FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba.

Tenentismo e mineração: estruturação do setor de mineral pelo estado

Resumo

O Tenentismo foi um movimento social surgido nos anos 1920, congregando oficiais militares de baixa patente em oposição a estrutura oligárquica da política brasileira, a forma como eram tratadas as forças armadas do país (baixos salários), bem como criticavam a situação econômica nacional de desvalorização do café e inflação, defendendo a implantação de um processo de industrialização. Durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, diversos integrantes deste movimento ocuparam cargos de destaque na administração pública federal e estadual, atuando na defesa de políticas nacionalistas, como a nacionalização dos recursos minerais do Brasil. Os tenentes foram determinantes para a construção de uma política mineral nacional voltada para o processo de industrialização, com a publicação do Código de Minas (1937), Código de Águas (1935), bem como foram responsáveis pela reorganização do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro, e sua eventual transformação no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral - 1934), responsável pelo incentivo estatal na prospecção, produção, regulamentação e exportação de produtos minerais. Deste modo, partiremos do conceito de “modernização conservadora”, segundo Gambini (1977), dirigida ou controlada pelo poder então estabelecido, sendo a modernização industrial impulsionada pelas necessidades dos mercados centrais. Estudos mais recentes (BASTOS; FONSECA; 2012) apontam a ascensão de um projeto nacional-desenvolvimentista, tendo três pilares fundamentais (nacionalismo, trabalhismo, e o populismo), sob o ideário se desenvolver industrialmente para reduzir a dependência de insumos importados.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Mineração. Tenentismo.

Tenentism and mining: structuring the mineral sector by the state

Abstract

Tenentism was a social movement that emerged in the 1920s, bringing together low-ranking military officers in opposition to the oligarchic structure of Brazilian politics, the way in which the country's armed forces were treated (low salaries), as well as criticizing the national economic situation of devaluation of coffee and inflation, defending the implantation of an industrialization process. During the Provisional Government of Getúlio Vargas, several members of this movement occupied prominent positions in the federal and state public administration, acting in defense of nationalist policies, such as the nationalization of mineral resources in Brazil. The lieutenants were instrumental in building a national mineral policy aimed at the industrialization process, with the publication of the Mining Code (1937), Water Code (1935), as well as being responsible for the reorganization of the Brazilian Geological and Mineralogical Service, and its eventual transformation into the DNPM (National Department of Mineral Production - 1934), responsible for state incentives in prospecting, production, regulation and export of mineral products. Thus, we will depart from the concept of “conservative modernization”, according to Gambini (1977), directed or controlled by the power then established, with industrial modernization driven by the needs of central markets. More recent studies (BASTOS; FONSECA; 2012) point to the rise of a

national-developmental project, having three fundamental pillars (nationalism, laborism, and populism), under the idea of developing industrially to reduce dependence on imported inputs.

Keywords: Getúlio Vargas. Mining. Lieutenanthism.

**Tenentismo y minería:
estructuración del sector minero por parte del estado**

Resumen

El tenentismo fue un movimiento social que surgió en la década de 1920, reuniendo a militares de bajo rango en oposición a la estructura oligárquica de la política brasileña, la forma en que se trataba a las fuerzas armadas del país (bajos salarios), así como criticando la economía nacional. situación de devaluación del café e inflación, defendiendo la implantación de un proceso de industrialización. Durante el Gobierno Provisional de Getúlio Vargas, varios miembros de este movimiento ocuparon cargos destacados en la administración pública federal y estatal, actuando en defensa de políticas nacionalistas, como la nacionalización de los recursos minerales en Brasil. Los tenientes fueron instrumentales en la construcción de una política minera nacional orientada al proceso de industrialización, con la publicación del Código de Minería (1937), Código de Aguas (1935), además de ser responsables por la reorganización del Servicio Geológico y Mineralógico Brasileño, y su eventual transformación en el DNPM (Departamento Nacional de Producción Mineral - 1934), responsable de los incentivos estatales en la prospección, producción, regulación y exportación de productos minerales. Partiremos así del concepto de “modernización conservadora”, según Gambini (1977), dirigida o controlada por el poder entonces establecido, con la modernización industrial impulsada por las necesidades de los mercados centrales. Estudios más recientes (BASTOS; FONSECA; 2012) apuntan al surgimiento de un proyecto nacional-desarrollista, con tres pilares fundamentales (nacionalismo, laborismo y populismo), bajo la idea de desarrollarse industrialmente para reducir la dependencia de insumos importados.

Palabras clave: Getulio Vargas. Minería. Teniente.

N o período que antecedeu a Era Vargas á prática de exploração mineral era restrita a garimpagem de ouro, pedras preciosas, carvão mineral, quartzo, manganês e metais em inexpressivas quantidades em relação á produção mundial, e com pouco papel na pauta das exportações brasileiras. A maioria dos governos deste período incentiva a monocultura do café, relegando á mineração um papel secundário, e até mesmo irrelevante a economia nacional, caracterizada pela exportação de gêneros alimentícios e matéria-prima para o setor têxtil. Segundo o historiador norte-americano Thomas Elliot Skidmore (SKIDMORE, 1982, p. 26): “O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de 70 por cento dos trabalhadores estavam na agricultura, em 1920)”. Segundo o historiador econômico Marcelo de Paiva Abreu até a década de 1920 as

exportações brasileiras giravam entorno de oito produtos primários, e nenhum deles era de origem mineral:

Ao final da década de vinte, oito produtos primários ainda respondiam por quase 90% das exportações brasileiras: café (cerca de 70% em média na década), açúcar, cacau, mate, fumo, algodão, borracha e couros. (ABREU, 1999, p.52-53).

Em 1906 foi criado do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passando o governo federal a compreender a importância da mineração para o desenvolvimento da indústria de base, e das exportações. O ministério recém-criado foi incumbido o estudo e formulação da legislação, fiscalizar atividades de exploração e as empresas de metalurgia, administrar e o serviço geológico nacional e as instituições de ensino de engenharia de minas. A incapacidade do órgão de administrar diversos setores da economia, paralelo a sua baixa atuação, levou rapidamente a sua divisão em outros ministérios, e a criação em 10 de janeiro de 1907 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (através do Decreto-Lei nº 6.323), veiculado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Instituição cujo primeiro diretor foi Orville Adelbert Derby, renomado geólogo formado na Universidade de Cornell nos Estados Unidos, que desenvolveu diversas pesquisas no Brasil, tais como: a) Meteoritos Brasileiros (1888); b) Minérios de Manganês de Minas Gerais (1899, 1900, 1901, 1908) e na Bahia (1905); c) A apatita de Ipanema (1891), entre muitas outras pesquisas sobre os minerais brasileiros, que o tornaram uma referência para a geologia e mineralogia brasileira; ele ficou a frente do SGMB entre 1907 até 1915.

Entre 1900 até 1914, a implantação do capitalismo industrial no Brasil enfrentava fatores internos e externos que dificultavam o desenvolvimento e diversificação do parque industrial nacional. Contudo, a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, com a diminuição do comércio no Oceano Atlântico promoveu a substituição de produtos importados da Europa, ao mesmo tempo em que diversificava a exploração mineral nacional para atender os interesses dos países imersos no conflito. Na Primeira República, o desenvolvimento capitalista expulsou um grande contingente populacional do campo, formando uma massa de “subassalariados” ou de trabalhadores precarizados, além de uma significativa reserva de força de trabalho barata, marcada pelo desemprego estrutural, criando um forte processo de migração interna entre as cidades, o que resultou em diversos problemas sociais e precárias condições de alimentação, moradia, saúde, educação, etc (KONRAD, 2022, p. 68).

Essas condições sociais e políticas geravam contradições entre as frações das classes dominantes que hegemonizaram o poder político em boa parte da Primeira República, bem

como causavam dissensos políticos em sua base de apoio, especialmente entre setores da pequena burguesia, particularmente nas camadas médias das forças repressivas dos Estados, os Militares. Deste modo, um movimento sócio-político formado por jovens militares de baixa patente, tomou corpo no Exército. Com ideologia difusa, mais moralista do que classista, os “tenentes” passaram a se indignar com as constantes fraudes no sistema eleitoral, oriundas do voto de cabresto, que fundamentavam nas localidades o poder central dos coronéis, que por sua vez era o sustentáculo do poder dos grandes latifundiários na esfera federal (KONRAD, 2022, p. 68-69).

A diversificação do parque industrial brasileiro, o aumento da concentração populacional nas grandes cidades, e a gradativa e constante expansão dos órgãos do Estado, proporcionaram a criação de uma classe média, que ansiava por espaço político e social, em uma sociedade eminentemente aristocrática. O que resultou em conflitos e alianças com as oligarquias dominantes, em um completo processo de luta social no seio da nação brasileira. Desde caótico cenário os tenentes tem sua gênese na formação da classe média urbana da Primeira República, onde seus integrantes conseguiram ascender socialmente através da incorporação as Forças Armadas, especialmente ao Exército. De acordo com o historiador Edgard Corone (1989):

O fenômeno do tenentismo ainda não foi bem estudado devendo ser correlacionado aos problemas da classe média. Num país em que as oportunidades de vida eram difíceis e os estudos e carreiras liberais representavam um peso monetário, o Exército continuava a ser o refúgio de uma classe sem recursos. É assim que os nossos oficiais são de origem simples, de pais comerciantes, funcionários e pequenos fazendeiros, conquistando democraticamente os postos pela capacidade e não pela posição social. Além do mais, o seu recrutamento era feito em todo o Brasil, dando oportunidade de comparar a situação e a corrupção geral (CORONE, 1989, p. p.31).

Em contraposição a este pensamento, o historiador Boris Fausto (1997) aponta que a classe social de onde provieram os “tenentes” longe de ser homogeneia, apresenta um quadro que se origina da pequena-burguesia urbana ou de famílias tradicionais que em processo de empobrecimento optaram pela carreira militar para ascender socialmente. Fausto (1997) aponta, igualmente, que o surgimento dos “tenentes” está relacionado ao processo de desenvolvimento das econômicas regionais, processo este caracterizado pela urbanização de algumas cidades da região Centro-Sul, como fatores de transformação da sociedade brasileira durante o período de 1889 até 1930:

Ao longo do período que vai de 1889 a 1930, as economias regionais se desenvolveram, um grande surto migratório ocorreu no Centro-Sul, a urbanização ganhou extraordinário ímpeto em algumas cidades. Em decorrência dessas transformações, cresceu a classe média urbana, tomou

forma o primeiro contingente de uma classe operária, ao mesmo tempo em que a expansão do setor agroexportador e sua crescente especialização acentuou a demarcação entre produtores, comércio exportador e setor financeiro. Do ângulo sociopolítico, ganhou maior força e conteúdo uma opinião pública vinculada a setores da classe média urbana, ao mesmo tempo em que surgiu o conflito social, embora ele não estivesse no centro dos confrontos que brotavam na sociedade (FAUSTO, 1997, p. 20).

Para Fausto (1968), a sociedade brasileira, da Primeira República (1889-1930), estava baseada economicamente na satisfação dos interesses do setor latifundiário, especificadamente ligado ao café. As oligarquias dos estados produtores (São Paulo e Minas Gerais) controlavam a política nacional, se alternando no poder. A balança comercial baseada em um só produto, por sua vez, produziu uma dependência com relação ao capital externo, pois o café estava sujeito às oscilações do mercado internacional, tornando frágil a economia nacional. Para contornar este problema, as oligarquias utilizam o estado, no papel de interventor, para controlar o preço do café no mercado (estocando ou queimando), o que produzia um déficit na receita nacional, e produziu a necessidade de empréstimos em instituições estrangeiras (britânicas; francesas e americanas) para amenizar das dívidas:

A forma pela qual se concretizou a relação de dependência entre os grupos financeiros e a burguesia do café tornou-a especialmente vulnerável às crises internacionais. O nível de renda dependia dos preços alcançados no mercado mundial, o que não constituía novidade na estrutura econômica do país, porém, a manutenção destes preços, no caso, só era possível através da obtenção de recursos vindos do exterior, que viriam a desaparecer diante de uma grande crise (FAUSTO, 1968, p. 258).

Está organização da estrutura econômica e política só entraria em colapso com a crise de 1929, que abalou a economia das grandes potências, terminando com a captação de capital estrangeiro para estabilizar a economia. Estavam lançadas as bases da desestruturação da legitimidade da Primeira República, e o advento de novos atores sociais.

Auge e queda do tenentismo (1930-1933): da revolução de 1930 até revolta consitucionalista de 1932

Segundo Fausto (1968) a burguesia cafeicultura tornou-se hegemônica social e politicamente na Primeira República, sem qualquer ameaça ao seu *status quo*, pois que a burguesia industrial era insipiente; “Em especial, as condições da industrialização brasileira impediram a formação de uma burguesia industrial, com suficiente peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro.” (p.259). No Brasil, o desenvolvimento industrial era lento e com o emprego de tecnologias arcaicas, os setores que despontavam era o alimentício e o têxtil, tendo recebido impulso com o advento

da I Guerra Mundial (1914-1918). A “transitoriedade dos investimentos” não permitiu a formação de uma burguesia industrial, com interesses e projeto político estruturado.

A organização política do Brasil era peculiar, segundo a análise do historiador, que afirma que a burguesia cafeeira manteve o desequilíbrio regional, herdado do período colonial, onde uma região era produtora de um bem específico e acabava por tornar-se o sustentáculo do poder instituído. Mantendo não somente está estrutura individualista, com também ampliando a dispersão do poder central para os estados, favorecendo as oligarquias regionais na manutenção de seu *status*, fazendo do poder federal um “árbitro”; “O Estado legitimava as oligarquias regionais, funcionando como árbitro nas áreas cujos interesses não representava de maneira direta.” (FAUSTO, 1968, p. 261).

E a oposição surge dentro deste sistema, um acordo entre as oligarquias regionais, cujos interesses não estavam relacionados à produção de café. A Aliança Liberal é criada após a cisão da classe burguesa (ocorrida nos anos 1920), não como instrumento de reforma política, mas como instrumento de pressão; sendo seus principais líderes (Getúlio Vargas, Artur Bernardes, Epitácio Pessoa) antirrevolucionários. Sendo, portanto, passível de ser encarada como um processo de “acomodação” das elites regionais excluídas ao jogo político. Os aliancistas estavam criando um projeto popular e de massa, que procurava congrega a baixa burguesia (industriais e atacadistas), classe média urbana (funcionários públicos, profissionais liberais, empregados do comércio, e etc), e o proletariado (operariado fabril). Com isso uma batalha urbana se tem início para a conquista dos “setores médios da população”:

Ao lançar-se na disputa eleitoral, a oposição foi levada a dirigir-se aos maiores centros urbanos, procurando sensibilizar especialmente os setores médios da população. Este mecanismo era tradicional na política brasileira, toda vez que se abria uma cisão na classe dominante (candidaturas de Rui Barbosa, a “Reação Republicana” de Nilo Peçanha), pois uma “campanha de massas”, tendo em vista a dispersão e o atraso no campo, só poderia ser realizada nas grandes cidades. (FAUSTO, 1968, p. 266).

Os aliancistas foram apoiados massivamente pela classe média, que procurava na candidatura de Getúlio, a representação de seus interesses, que eram “marginalizados da vida política”, pela utilização de fraudes eleitorais que impediam o acesso de seus representantes na esfera de poder federal. Outro movimento que surge nos anos de 1920, e é representativo da insatisfação social, e o movimento tenentista. Que embora não procurasse representar a classe média, passou eventualmente a possuir um alinhamento ideológico com esta classe. O grande número de oficiais de baixa patente (tenentes) no Exército, paralelo ao baixo controle hierárquico e lentas promoções, empurravam esses militares para a arena político-social de caráter contestatório do regime político então

vigente (CARVALHO, 2006, p. 36-37)¹. Segundo Nelson Werneck Sodré (1985, p.12) o movimento dos tenentes está inserido nos conflitos da sociedade a qual seus integrantes faziam parte, o tenentismo também era um movimento que apresentava contradições, pois refletiam tanto as pressões da classe a qual muitos pertenciam, a pequena burguesia, ao mesmo tempo em que refletem as pressões da classe dominante, como integrante do aparelho responsável por defender o “prolongamento” da ditadura, o que posteriormente os tornará um incômodo para o governo. Boris Fausto (1997) aponta que o movimento tenentista era marcadamente conservador em sua ideologia, procurando não auxiliar o povo no controle do governo, mas apenas substituir os atuais dirigentes:

Na base da pequena vinculação com os meios civis, está um dos traços essenciais da ideologia tenentista: os “tenentes” se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerme. Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do “povo” (FAUSTO, 1997, p.81).

A análise do movimento tenentista feita por Boris Fausto (1997) aponta para a existência de duas fases, a primeira envolve os movimentos e revolta da década de 1920 e a Coluna Prestes, onde o autor aponta que o tenentismo apresentava uma “indefinição ideológica” nos seus primeiros dias, voltado mais para a realização de ataques as velhas oligarquias: O tenentismo da primeira fase pode ser definido como um movimento voltado para o ataque jurídico-político às oligarquias, com um conteúdo centralizador, “elitista”, vagamente nacionalista (FAUSTO, 1997, p. 87). O movimento tenentista por apresentar esta “indefinição ideológica” acabou por incorporar elementos dos movimentos antiliberais e até autoritários vigentes nos anos 1920. A pauta de defesa do voto secreto, das liberdades individuais e de políticas nacionalista resultou no alinhamento dos “tenentes” e da pequena burguesia.

Contudo, em 1927, a ideologia do movimento torna-se mais definida e complexa, transformando-se em uma corrente nacionalista e revolucionária (CORONE,1989). Em linhas gerais as principais posições do movimento tenentista eram: a) o estabelecimento de um governo republicano-federativo; b) a separação da Igreja do Estado; c) luta pelo voto secreto; d) a obrigatoriedade do ensino primário e profissional, bem como a reforma de suas metodologias de ensino; e) justiça acessível e gratuita. Essas pautas representavam os

¹ Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2006, p.27) a Marinha, ou Armada como era denominada durante a Primeira República (1889-1930), não teve tenentismo, devido a uma série de fatores, como: a) o maior controle hierárquico aliado ao conservadorismo e elitismo presente na corporação; b) juntamente com o baixo número de oficiais subalternos, o que inviabilizou o estabelecimento de um movimento contestatório do regime dentro de suas fileiras.

interesses da pequena burguesia que pactuava com a reforma moderada da estrutura política brasileira.

Com a derrota de 1930, os grupos oposicionistas procuraram se unificar, velhos oligarcas insatisfeitos com o movimento tenentistas para impor a “via revolucionária”. O acirramento dos ânimos se deu com o agravamento da crise de 1929, e o assassinato de João Pessoa que teve ampla repercussão nacional; logo a revolta explode controlando em questão de dias o país, no dia 24 de outubro o então presidente, Washington Luís, é deposto, e um governo revolucionário é instaurado. Segundo o exposto por Fausto (1968):

Se a Revolução de 1930 se precipita com a perda de sustentação do governo Washington, resulta basicamente da aliança temporária entre as facções burguesas não veiculadas ao café, as classes médias e o setor militar tenentista (1968, p. 275).

De acordo com o autor, Fausto (1968), o Estado criado após a Revolução de 1930 é um “Estado de Compromisso/ Árbitro”. Portanto, Boris Fausto apresenta a Revolução de 1930 como uma sucessão de eventos interligados economicamente e socialmente, tais como o surgimento de uma classe média urbana, de um movimento militar que se liga a esta classe (tenentistas), de uma rachadura na classe dominante, formando uma burguesia dissidente que se associa a estes últimos para promover uma modificação no governo. Contudo, com o advento da Revolução as camadas mais revolucionárias são afastadas ou controladas, abrindo espaço para os moderados, que instituem um “Estado de Compromisso” que procura equilibrar as diferentes camadas da sociedade brasileira através de acordos e instauração de benefícios.

A segunda fase é caracterizada como um período de desarticulação e divisão dos quadros do movimento, que ao serem integrados aos aparelhos de Estado após a Revolução de 1930, vão perdendo autonomia em troca de um papel politicamente subordinado. Fausto (1997) assim define este período do movimento:

Sem base popular, destituído de maior coesão, atingido nos setores em que poderia encontrar apoio, o tenentismo desaparece como força autônoma. Individualmente, com raras exceções, os “tenentes” são atraídos para a órbita do Poder Central – onde sua ação e influência ideológica têm um papel significativo, mas subordinado – ou se dividem entre organizações situadas politicamente em posições opostas, como é o caso da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista (FAUSTO, 1997, p.97).

A Revolução de 1930 dividiu em duas vertentes o movimento tenentista. A primeira ala/facção apoiará a “revolução política” aliada com frações da burguesia, por exemplo, as oligarquias tradicionais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, sendo integrada por nomes como Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos, Cordeiros de Farias. A outra é

composta pelos elementos mais a esquerda do movimento, ligados ao comunismo, como Luís Carlos Prestes (KONRAD, 2023).

A ascensão de Getúlio Vargas em 1930 representou uma nova fase para a parte do movimento tenentista que se aliou os outros grupos vitoriosos, tendo seus integrantes ascendidos a postos-chaves no governo. Contudo, isso não representou o fim das divergências entre os tenentes e as oligarquias que continuavam se digladiando na arena política. A questão da implementação das interventorias para ampliar o poder de ação do governo federal, mostrou a força que os tenentes adquiriram no governo revolucionário de 1930 (CORONE, 1989).

A estratégia tenentista de assumir a administração dos estados através das Interventorias encontrou sérias resistências das oligarquias regionais que acabaram inviabilizando as reformas políticas almejadas pelo movimento. O próprio Juarez Távora solicita exoneração da Delegacia Militar do Norte, bem como a extinção da organização ainda no final de 1931. Hercolino Cascado interventor do Rio Grande do Norte demite-se em março de 1932. Juarez Magalhães, interventor da Bahia, teve que aliar-se as oligarquias regionais para implantar limitadas reformas. Carneiro Mendonça interventor do Ceará solicita sua demissão em fevereiro de 1933 (FAUSTO, 1997).

Essa estrutura política fica latente após a Revolução Constitucionalista de 1932, quando a elite cafeeira paulista descontente com o governo empreende uma revolta armada, violentamente sufocada pelo governo federal. Após esses eventos Getúlio começa a “ouvir os interesses de São Paulo”, realizando acordos para ajudar financeiramente os produtores de café, como o perdão de dívidas nos bancos estatais. Isso acarretou descontentamento dos integrantes do movimento tenentista, viam nesta política de defesa dos cafeicultores paulista um retrocesso, provocando uma série de atritos entre seus integrantes, e destes com o governo federal ao longo de 1933.

Com o declínio do movimento tenentista em 1934, causado principalmente pela “ausência de uma unificação das classes médias urbanas sob a bandeira tenentista” (FAUSTO, 1968, p. 281), criou um vácuo de poder que rapidamente foi preenchido pelas áreas menos revolucionárias do movimento. Permitiu a vitória dos representantes das oligarquias para a constituinte de 1934, revelou a permanência do poder destas frente a máquina pública estatal, o que fragilizou o poder de pressão dos tenentes sobre o governo.

A revolta de 1935 quando várias guarnições militares se revoltaram contra o poder federal marcou a desarticulação do movimento na esfera política. Sufocada a revolta de 1935, o Estado de Sítio foi instaurado, bem como foi aplicada a Lei de Segurança Nacional, que visava reprimir e perseguir entidades, organizações políticas contrárias ao governo estabelecido, o que acabou aumentando o poder de barganha das oligarquias regionais, que

consequentemente fortaleceu o governo federal. Com a prisão de inúmeros oficiais politicamente ativos ligados a movimentos de esquerda (tais, como a Aliança Nacional Libertadora e o Partido Comunista) e ao tenentismo, a base do movimento perdeu considerável força, pois muitos militares foram desligados da corporação, presos e torturados por se envolverem nas “quarteladas” de 1935. O Clube 3 de Outubro outrora centro de reunião dos principais expoentes do movimento, foi fechado em 1935. Os menos radicais ou ingressaram na vida política ou retornaram suas carreiras militares, tendo como resultado o desaparecimento do movimento tenentista da política nacional após 1935 (CARVALHO, 2006, p.73).

O Código de Minas e o controle Estatal da produção mineral

O ano de 1930 é extremamente significativo para a historiografia brasileira, a tomada do poder pelos “revolucionários de 1930”, representou a ascensão do projeto político da burguesia urbana em oposição manutenção do *status quo* das antigas oligarquias latifundiárias. Fruto da efervescência das transformações sociais pelas quais passava o país (a partir de meados dos anos 1920), alavancada pela explosão da crise de superprodução de 1929. A “revolução” significou a imposição de um projeto de Estado que se sobrepusesse aos vários grupos detentores do poder socioeconômico, portanto, um “pacto social” que concedia ao Estado a função de árbitro dos interesses conflitantes da sociedade brasileira, para auxiliar no desenvolvimento do capitalismo. O historiador Gerson Moura (1980) define do seguinte modo os eventos políticos de 1930:

Desse ponto de vista, a revolução de 1930, derivada de uma crise que rompeu a unidade da oligarquia agro-exportadora em torno do sistema político vigente, não resultou em hegemonia clara de qualquer setor ou classe, estabelecendo-se por isso mesmo um “Estado de Compromisso” que se fortalece e se autonomiza como o organizador do pacto social e ao mesmo tempo viabiliza a participação de antigos e novos atores no processo decisório (MOURA, 1980, p.61).

Deste modo, a Revolução de 1930 significou a aliança entre diferentes segmentos sociais descontentes, com os setores agrários voltados para o mercado interno, nascente empresariado industrial, classe média, e proletariado urbano em oposição aos setores agroexportadores que dominavam a economia e política nacional, os quais foram derrotados em 1930 e definitivamente em 1932 (FONSECA, 2003). Tendo o Estado assumido a representação dos diversos interesses em disputa na política brasileira, mas sem se comprometer definitivamente com qualquer dos lados em disputa.

A tomada do poder por Getúlio Vargas resultou na instauração de uma “modernização conservadora”, segundo Gambini (1977), dirigida ou controlada pelo poder então

estabelecido, sendo a modernização industrial impulsionada pelas necessidades dos mercados centrais. Estudos mais recentes (BASTOS; FONSECA; 2012) apontam a ascensão de um projeto nacional-desenvolvimentista, tendo três pilares fundamentais (nacionalismo, trabalhismo, e o populismo), sob o ideário se desenvolver industrialmente para reduzir a dependência de insumos importados. Segundo Capelato (2015, p.119), “Getúlio Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico”.

Ao assumir o governo, Vargas demonstrou interesse em criar uma base siderúrgica forte no Brasil, além de ter planos de incentivo à indústria. Para tanto, tratou de desenvolver políticas específicas para o setor mineral, visando em seu governo nacionalizar as reservas minerais, e as empresas que atuavam no país. Vargas optou por colocar militares tenentistas em postos chaves na nova estrutura administrativa do Estado, assumindo pastas de ministérios, e em comissões de planejamento econômico. Como exemplo, temo a criação da comissão de siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra, em meio a polêmicas no Congresso e na imprensa (devido ao fechamento do mesmo, das assembleias legislativas e as câmaras de vereadores), com objetivo de alavancar a indústria siderúrgica, denominada de Comissão Nacional de Siderurgia (sendo a sigla, CNS), em 1931.

As disputas entre os diversos grupos que tinham participado da Revolução de 1930 ocorriam em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Os tenentes eram favoráveis a um regime forte, centralizado e apartidário, de orientação nacionalista e reformista. Defendendo pautas nacionalistas como a instalação de uma grande siderúrgica nacional, nacionalização dos recursos naturais e estatização de setores fundamentais da estrutura econômica. Por sua vez as oligarquias que ainda se faziam presentes no jogo político, sobretudo as representantes dos estados mais fortes da federação (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) defendiam propostas liberais e federativas, que objetivavam limitar o poder da União e dar maior autonomia para os estados.

Deste modo, as primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório eram intervencionistas e visavam maior centralização administrativa do poder federal, o que resultou na implantação pelo governo do Sistema de Interventorias. Neste sistema, os governadores estaduais eram substituídos por interventores, nomeados e subordinados apenas ao Presidente da República. Esse sistema era um instrumento de controle do poder central sobre a política local. O acirramento da disputa política, ao redor da consolidação deste projeto de nação, que teve como ponto alto a Revolução Constitucionalista de 1932², é

²A Revolução de Constitucionalista de 1932 foi desencadeada pelo descontentamento da burguesia cafeicultura paulista com os rumos da política nacional, pautada na centralização do poder no âmbito federal. Este movimento armado iniciado em julho opôs forças federais às milícias do Estado de São Paulo até outubro do mesmo ano, quando a escassez de recursos e o avanço das tropas federais obrigou a rendição dos revoltosos.

apontado pela historiadora Dr. Maria Helena Capelato (2015) como resultado do debate mundial entorno da natureza do Estado, que se desenvolve após a crise de 1929, atuando como fator de “polarização”³.

Na economia, houve a manutenção do café como principal produto de exportação, e a nova política financeira internacional caracterizada pela insegurança dos investimentos estrangeiros na América Latina, explicam a morosidade com que reformas no campo industrial, especialmente mineral eram efetuadas. Somente em 1933, o Ministro da Agricultura (então Juarez Távora, notório integrante do movimento tenentista) seguindo o plano econômico de nacional, altera o nome do órgão, responsável pela regulamentação das atividades de mineração, que era denominado de Serviço Geológico e Mineralógico, que passa a ser denominado de Instituto Geológico e Mineralógico, dando novas funções a esse órgão, incluindo o serviço de taxação da tributação por serviços de extração mineral, e fiscalização de minas e jazidas.

Em 1934, o Decreto-Lei 24.642 de 10 de julho de 1934, instaura o Código de Minas, pautado em diretrizes nacionalistas. Uma das principais mudanças efetuadas pela nova legislação foi a substituição do *sistema fundiário de acesso* (que vincula a propriedade superficial com qualquer bem mineral presente no subsolo) pelo *sistema de autorização e concessão* que determina que todos os bens minerais, jazidas, depósitos e lavras em estudo ou em funcionamento localizadas em território brasileiro pertenciam a União. Ou seja, a exploração de qualquer bem mineral no Brasil passou a necessitar de prévio consentimento da União, que concedia a autorização para prospecção e lavra do minério.⁴ O Código de Minas também estabelecia que qualquer empresa de mineração, seria inviável sem o prévio consentimento do Governo Federal. As mesmas empresas deveriam ter 60% de seu capital social sobre controle brasileiro (brasileiros natos ou naturalizados), sendo essa exigência condição indispensável a sua autorização de funcionamento.

Ainda em 1934, uma lei promulgada pela nova constituição (Constituição de 16 de julho de 1934), separava o solo do subsolo, sendo este último pertencente à União. No que diz respeito à separação do solo e do subsolo, agora pertencente à União, direitos legais sobre a exploração de jazidas ficariam a cargo do governo, que deveria fazer a escolha entre os interessados. Cabia ao proprietário do solo duas opções: pleitear junto ao governo a

³ As discussões entorno da natureza do Estado, tema amplamente debatido na Europa e em outros países na América Latina, polarizaram posições: havia setores favoráveis à manutenção de um Estado Liberal descentralizado e com limitado poder de intervenção no plano econômico, social, político, e cultural e outros, seguindo as novas tendências internacionais, favoráveis a um modelo de Estado forte e intervencionista. No plano político, os conflitos foram violentos em torno da questão da centralização política *versus* autonomia dos estados. (CAPELATO, 2020, p.114).

⁴ MACHADO, Iran F. *Recursos Minerais: Política e Sociedade*. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 1989.

preferência na lavra⁵ (podendo o mesmo negar a concessão de exploração), ou ser um acionista e ter coparticipação nos dividendos. Isso está implícito no comentário do engenheiro de minas e geólogo brasileiro, José Luciano Jacques de Moraes⁶, então oficial do Serviço do Registro de Minas do Serviço de Fomento a Produção Mineral:

No regime do Código de Minas, o direito de propriedade é muito mais restricto que no direito commun. Trata-se de uma propriedade, não plena, mas limitada. Consiste a propriedade da jazida ou na preferência para a lavra ou na coparticipação nos resultados da exploração. A primeira das alternativas succede quando o proprietario quer exercitar a preferencia que lhe assegura a lei e pede ao Governo a autorização de pesquisa e a concessão de lavra, ou somente esta, se a jazida estiver suficientemente pesquisada, a criterio do órgão technico, encarregado da execução do Código de Minas. O Governo póde recusar a lavra, por isso mesmo que a atribuição de *conceder* que lhe conferiam o Código e a Constituição de 1934 implica necessariamente a de *negar*. (MORAIS, In. RMM nº 3, 1936, p.2).

O Código de Minas foi alvo de intensos debates no setor minerário desde sua publicação, especialmente na década de 1930, pois havia muitos políticos e engenheiros que concordam com a regulamentação, e nacionalização das atividades de exploração realizadas pelo Estado. E em contrapartida havia grupos políticos que representavam interesses econômicos do capital internacional, que defendiam que uma legislação demasiadamente nacionalista inviabilizaria a aplicação direta de capital estrangeiro no setor, e acabaria por resultar na perda de investimentos, na retração da produção e das exportações; resultando em uma polarização entorno dessas medidas nacionalistas adotadas pelo governo brasileiro. A revista *Mineração e Metalurgia* lançada em junho de 1936, publicada pelo Instituto Brasileiro de Mineração e Metalurgia, com sede na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atuou como ponto de convergência deste debate, expondo trabalhos, artigos, e comentários de técnicos, engenheiros de minas e geólogos brasileiros e estrangeiros sobre a validade do Código de Minas (1934).

Segundo a historiadora Tânia Regina de Luca (2008) os periódicos atuavam como veículos de divulgação de ideias políticas, especialmente aquelas ideias ou demandas políticas das facções burguesas e oligárquicas dos proprietários dos jornais. No caso em questão, o periódico onde foram publicados estes artigos trata-se da revista *Mineração e*

⁵ Segundo o Código de Minas brasileiro em seu artigo 36º: entende-se por lavra, o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas (BRASIL/SENADO FEDERAL, 2011, p. 37).

⁶ Luciano Jacques de Moraes, engenheiro de minas em 1922, geólogo, Diretor do Departamento de Produção Mineral (1939-1942), professor da Universidade de São Paulo (1944), publicou considerável número de trabalhos versando sobre geologia e mineralogia brasileira: a) Quartzo em Minas Gerais (1926); b) Berilo e Mica no Rio Doce (1926); c) Berilo no Brasil (1933); Cassiterita em Picuí (1938); Bismuto no Nordeste (1938); Minerais estratégicos (1941); e muitos outros (FRANCO, 1981, p. 25).

Metalurgia (1936-1978), que atuou como um veículo de transmissão e disseminação das ideias da burocracia do Estado para o setor de mineração e metalurgia, principalmente do nacional-desenvolvimentismo. Contudo, a preponderância que os capitais norte-americanos assumiram no setor após o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, provocou uma mudança no direcionamento ideológico da revista, que passou a defender uma política econômica liberal, com a abertura da exploração mineral ao capital estrangeiro sem restrições.

A própria organização dos artigos, imagens e anúncios na revista nada tem de natural (LUCA, 2008) eles evidenciam as escolhas do corpo de editoração do periódico na procura de ressaltar determinados aspectos econômicos, geológicos e técnicos em detrimento de outros considerados de menor importância. Por exemplo, a partir de 1942, quando do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, houve o aumento das publicações envolvendo os ditos “minerais estratégicos” no Brasil; assim como os anúncios de importadores de minérios, máquinas, e equipamentos de perfuração norte-americanos ganhavam cada vez mais espaço nas páginas da revista, em relação aos seus congêneres.

Fig. 1: Capa da edição nº41 da Revista Mineração e Metalurgia, que mostra trabalhador carregando um saco de Tantalita da empresa Silveira&Cia, para ser embarcado para os Estados Unidos.



Foto de Alan Fisher. **Fonte:** Coleção Revista de Mineração e Metalurgia nº41 Novembro-Dezembro de 1943, p. capa.

Segundo um contemporâneo dos eventos o químico Caio Pandiá Guimarães⁷, especializado em geonálise e técnico do SFPM-Minas Gerais, o Código de Minas contribuiu enormemente para o desenvolvimento industrial do Brasil, especialmente o setor mineral ao organizar legislativamente as atividades de extração e beneficiamento de minérios, bem como nacionalizando reservas minerais e desatrelando a propriedade do solo do subsolo. Este último ponto rompeu com o que era considerado um entrave para a expansão do setor, pois predominava (é ainda predomina) no Brasil o grande latifúndio, ou seja, a concentração de terra nas mãos de poucos, o que impedia a exploração de riquezas minerais em benefício do desenvolvimento nacional. Todas essas mudanças implementadas pelo Código de Minas resultaram no aumento do valor da produção mineral:

Alinhemos algumas cifras. Antes do Código de Minas (1933) o valor da produção mineral era de 100.000.000 cruzeiros, após a sua promulgação subiu vertiginosamente até 600.000.000, em 1940. De 500.000 toneladas lavradas ante de 1934, passamos a 2.878.794 em 1940. Isto somente em 6 anos (GUIMARÃES, In. RMM nº41, 1943, p. 295).

Embora a legislação nacionalista (restritiva com alguns queiram chamar) presente nestes documentos sofresse um “relaxamento” ao longo dos anos, seja por meio de legislações subsequentes ou por uma “interpretação flexível”⁸, que permitiu que empresas estrangeiras continuassem atuando no setor mineral. Segundo o historiador Marcelo de Paiva Abreu não há como concluir os efeitos da legislação nacionalista e restritiva sobre os investimentos estrangeiros na década de 1930:

Embora esta legislação deva ter agido como desestímulo a que o envolvimento estrangeiro no Brasil tivesse sido maior do que de fato foi, também é verdade que o investimento norte-americano expandiu-se consideravelmente entre 1936 e 1940. Dificuldades – reais ou imaginárias – com a legislação nacionalista invariavelmente envolviam empresas de serviços públicos e não empresas industriais ou comerciais. Como era provável que capitais estrangeiros se interessassem mais por aplicações na indústria e no comércio que em serviços públicos, é necessário qualificar as generalizações a respeito do impacto da legislação nacionalista sobre o fluxo de investimentos. (ABREU, 1999, p. 263).

⁷ Caio Pandiá Guimarães, irmão de Djalma Guimarães, chefiou o Laboratório de Química do Instituto de Tecnologia Industrial, em Belo Horizonte, quando veio a falecer em 1945, com a idade de 33 anos. Dedicou atenção especial aos minerais do grupo columbo-tantalatos (1938, 1941), tendo descrito duas espécies novas: djalmaíta (1939) – um tantalato de urânio, isométrico – nome dado em apreço a seu irmão; e a calogerasita (1943) – um tantalato de alumínio, hexagonal, encontrado nos pegmatitos do Nordeste do Brasil e nomeado em honrar ao estadista João Pandiá Cológeras (1870-1934) (FRANCO, 1981, p.32).

⁸ A Revista de Mineração e Metalurgia participava deste debate publicando artigos de ambos os lados, contudo, a equipe de edição da revista deixava explícita sua adesão a internacionalização do capital e das indústrias do setor mineral, isso é verificado pelos comentários dos editores da revista no início da edição e abertura para técnicos estrangeiros tecerem suas críticas a legislação mineral brasileira, especialmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos.

Contudo, o autor aponta que é mais provável que o ramo da mineração tenha sido o setor mais afetado pela legislação restritiva, pois teria impedido significativos investimentos estrangeiros no setor. Ao analisar o espectro das autorizações de pesquisa mineral no Brasil entre os anos de 1935 e 1943, é possível verificar um aumento significativo das pesquisas minerais no país, principalmente para atender a demanda dos mercados estrangeiros, principalmente Europa e Estados Unidos que se encontravam em uma corrida armamentista sem precedentes.

TABELA 1 - AUTORIZAÇÕES DE PESQUISAS AUTORGADAS ENTRE 1935-1942	
1935	43
1936	21
1937	43
1938	64
1939	293
1940	214
1941	505
1942	1.216
1943	1.273

Fonte: Coleção Revista de Mineração e Metalurgia nº51 julho de 1945, p.135.

Em 1937 o Estado-Novo proclamado por Vargas trouxe uma nova Constituição consigo, identificada na época como a “*polaca*”⁹, este documento fruto da ideologia autoritária que permeava a sociedade brasileira na década de 1930, terá uma legislação mineral ainda mais nacionalista e avessa ao capital estrangeiro. Em seu art. 143 determina que as minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d’água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial, apontando que ainda que seja de propriedade privada as atividades de mineração dependem da autorização federal. Ainda neste artigo em seu 1º parágrafo informa que a autorização de lavra só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por brasileiros. Sendo por fim o art.144 considerado o ponto chave da política de nacionalização do setor mineral, ao determinar que a lei regulamentara a nacionalização progressiva de minas, jazidas, quedas d’água, ou qualquer outra fonte de energia considerada essencial de defesa militar e econômica da nação (CORONE, 1976, p. 158).

Em janeiro de 1944, com a lavra e exportação de minérios atingindo cifras gigantescas, mas sem conseguir dar cabo da demanda do comércio internacional, o governo de Getúlio Vargas permite a entrada de capitais estrangeiros na mineração. Através do Decreto-Lei nº

⁹ Dada suas semelhanças como os documentos adotados pelos regimes fascistas europeus, mas especificadamente ao regime fascista polonês do ditador Josef Pilsudski, que governou entre 1918 e 1935. Contudo, a Constituição brasileira de 1937 foi inspirada na Constituição portuguesa do regime autoritário e fascista de Antonio Oliveira Salazar que governou entre 1933 e 1974.

6.230, de 29 de janeiro de 1944, determinou-se que as companhias destinadas á exploração mineral poderia ter metade do seu capital constituído por ações ao portador¹⁰, desde que a outra metade seja constituída por ações nominativas¹¹ cuja propriedade esteja nas mãos de pessoas físicas brasileiras. Em linhas gerais isto significa que capitalistas estrangeiros poderiam investir em empresas brasileiras de mineração, constituindo até metade do capital da companhia, deste que as ações que subscreviam o investimento, fossem de ações ao portador, sem o direito de ocupar assento na diretoria, e, portanto, sem poder de influenciar as diretivas administrativas da companhia em prol dos trustes internacionais.

Segundo Domicio de Figueiredo Murta (1943), o Código de Minas de 1934, se constituiu como um ponto de inflexão que “elevou ao máximo a então incipiente industria extrativa mineral” ao desvincular o solo do subsolo de seus ociosos proprietários:

O Código de Minas constitue a solução aos reclamos da indústria, preconizava uma profunda transformação do regime jurídico então vigente, de vez que as matérias-primas se encontravam nas mãos do superficiário ocioso de suas prerrogativas, embaraço constante á utilização das mesmas em benefício da comunidade (MURTA, In. RMM nº40, 1943, p. 200).

Com a deposição de Vargas em 1945, o governo de Eurico Gaspar Dutra irá se aproximar mais dos Estados Unidos e dos países europeus vitoriosos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que acarretara na abertura da economia ao capital estrangeiro, especialmente norte-americano, no setor de produção mineral. Em linhas gerais, isso significa o abandono da legislação mineral nacionalista, em prol de uma política liberalizante de abertura do setor ao capital estrangeiro. Já em 27 de janeiro de 1947, o então Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho, instalou uma comissão revisora do Código de Minas. Composta pelos seguintes membros do governo: a) Engenheiro Avelino Inácio de Oliveira do CNP; b) Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias; c) Engenheiro Othon Henry Leonardos, representante do CMM; d) Carlos Medeiros da Silva, consultor jurídico do Ministério da Justiça; e) Luciano Pereira da Silva, consultor jurídico do Ministério da Agricultura; f) A. J. Alves de Sousa, diretor-geral da Produção Mineral; g) Aníbal Alves Bastos, assistente técnico do gabinete do titular da Agricultura. Entre os principais pontos discutidos pela comissão estava a abertura do setor para a iniciativa privada, especialmente o capital estrangeiro, tendo como resultado uma legislação mais fluida no que diz respeito á participação do capital estrangeiro em empresas de mineração.

¹⁰ Ações ao portador: são registros de participações do capital da empresa, registradas apenas no nome do acionista ao qual ela pertencia, o implica o seu endosso em qualquer negociação ou transação referente a empresa.

¹¹ Ações nominativas: são registros de participações do capital da empresa que não utilizam o nome do acionista, identificando apenas que as ações pertencem a quem tiver a sua posse em determinado momento, a simples posse do título acarretava no reconhecimento do indivíduo como acionista da empresa.

Além disso, a nova legislação regulamentou e taxou as atividades de faiscação e garimpagem, com foco nas relações entre os trabalhadores e proprietários de terra.

Portanto, a compreensão do papel desempenhado pelos integrantes do movimento tenentista no campo político e social, permite pesar sua importância para a compreensão dos anos 1920 e 1930, especialmente do Governo de Getúlio Vargas. Pois este movimento representou a corporificação da insatisfação da classe média brasileira para com o governo federal e as oligarquias da Primeira República, atuando na eclosão do movimento revolucionário de 1930. Seus integrantes por serem militares sofreram severas represálias dos órgãos de segurança do estado, durante os motins fracassados realizados nos anos de 1920 em quartéis, a incapacidade deste movimento congregar as massas populares num primeiro momento foi fruto de sua indefinição ideológica. Em um segundo momento durante e pós-revolução, os tenentes adquiriram uma pauta mais próxima da classe média, a qual muitos de seus integrantes pertenciam, angariando apoio social e político, o que permitiu que muitos líderes fossem alçados a postos de chave no executivo federal e em outros órgãos da administração pública. O que permitiu que mudanças em órgãos e instituições fundamentais para o desenvolvimento de uma indústria de base fosse efetuada, neste caso, no setor mineral. A reformulação de órgão, com a construção de sedes estaduais em importantes distritos mineiros, e a publicação de uma legislação nacionalista que regulamentasse as atividades de extração e beneficiamento mineral.

Em linhas gerais, o tenentismo foi um movimento social nacionalista fruto da efervescência política, social, e econômica pela qual passava a nação brasileira e o mundo, entre os anos de 1920 e 1930. Foi um movimento inicialmente militar com uma ideologia conservadora e nacionalista, que expressava os anseios e desejos de uma emergente classe média, da qual esses oficiais faziam parte. Ao longo dos anos 1920 através da luta social, revoltas e motins o movimento se reorganizou ideologicamente para a defesa de pautas desenvolvimentistas. Sendo o meio mais comum de expressão dos intelectuais deste movimento os jornais, periódicos, e boletins administrativos do governo.

Em discurso proferido em 3 de outubro de 1944, quando da organização da Comissão de Planejamento Econômico, o presidente Getúlio Vargas defendeu a imperiosidade da construção de uma indústria de base, como foco especial nas indústrias metalúrgicas, para produzir matéria-prima para a fabricação de maquinário para a indústria de bens de consumo. Para a concretização desta meta o governo federal, defendia a instalação de uma grande siderúrgica, e a defesa dos chamados “materiais estratégicos”, que são os recursos minerais necessários ao desenvolvimento e abastecimento da siderurgia, ante o perigo do imperialismo capitalista das grandes potências:

Não preciso indicar nem ampliar os perigos que nos rodeiam. Os povos fracos, herdeiros de base territorial vasta e rica, são, naturalmente, presa cobiçada. E

não é apenas pela invasão “*manu militari*” que podem perder a sua independência e sofrer ameaças á soberania. Também isso acontece quando pela alienação das indústrias-chaves se cedem os materiais estratégicos e se confiam a mãos alheias os fatores capitais da defesa nacional (RMM nº45, 1944, p.182).

Portanto, ao analisar as transformações do setor mineral durante o governo de Getúlio Vargas entre 1930 até 1945, verificamos algumas características da política econômica desenvolvimentista efetuada neste período. De acordo com o estudo de Boris Fausto (1997) o café que entre 1929 e 1930 representava respectivamente 70,9% e 62,6% do valor das exportações brasileiras. A partir de 1934 este valor começa a declinar gradativamente, em 1937 ele representava 42,1% das exportações, o que evidencia um decréscimo gradativo da participação do café nas exportações nacionais.

A promulgação do Código de Minas de 1934 que previa a nacionalização dos recursos minerais e o controle do Estado sobre o processo de estudo, concessão, lavra e beneficiamento de minérios, bem como a legislação subsequente está relacionado á utilização do nacionalismo como ideologia, cujo objetivo deste procedimento foi á afirmação do Estado nacional e suas instituições.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva. **Brasil e a Economia Mundial 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade / (orgs.) Pedro Paulo Zahlut Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca**. – São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena Capelato. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo / org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado**. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015; p.107-144. (O Brasil Republicano, v.2)
- _____. **O Movimento de 1932: A causa paulista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História nº 15)
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil / José Murilo de Carvalho**. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- CORONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história / Boris Fausto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. **Revolução de 1930**. In Brasil em Perspectiva; vol. XXIII. Coleção Corpo e Alma do Brasil / organização Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- FEREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930**. In O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República á Revolução de

1930 / organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 7º ed.- Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2014. (O Brasil republicano; v.1)

FRANCO, Rui Ribeiro. **Capítulo 1: A Mineralogia e a Petrologia no Brasil.** In. FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. História das Ciências no Brasil Vol. 3 / Mário Guimarães Ferri, Shozo Motoyama (coordenadores). – São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1981 (p.1-42).

FALA O PRESIDENTE VARGAS sobre o **Planejamento Econômico**. Revista Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, nº45, v.8, p.182, out./dez. 1945. Disponível: <acervo.cprm.gov.br/rpi_cprm/docreaderNET/DocReader.aspx?bib=ENGMINMET&pesq=Revis ta mineracao e metalurgia>. Acesso: fev. 2023.

GUIMARÃES, Caio Pandiá. **O Código de Minas.** Revista Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, nº41, v.7, p.295, nov./dez. 1943. Disponível: <acervo.cprm.gov.br/rpi_cprm/docreaderNET/DocReader.aspx?bib=ENGMINMET&pesq=Revistamineracaoemetalurgia>. Acesso: fev. 2023.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira** / Jacob Gorender. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

KONRAD, Diorge Alceno. **Do tenentismo á ANL: a disputa de projetos para o Brasil.** Revista Princípios, nº163, vol.41, p.63-95, jan./abr. 2022. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2022. Disponível no site: < https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/166>. Acesso: jan. 2023.

MORAES, José Luciano Jacques de. **A questão crucial do Código de Minas.** Revista de Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, nº3, v.1, p. 85-86, set./out. 1936. Disponível: <acervo.cprm.gov.br/rpi_cprm/docreaderNET/DocReader.aspx?bib=ENGMINMET&pesq=Revis ta mineracao e metalurgia>. Acesso: fev. 2023.

MURTA, Domicio de Figueiredo. **Código de minas, notável conquista da revolução.** Revista Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, nº40, v.7, p. 199-200, set./out 1943. Disponível: <acervo.cprm.gov.br/rpi_cprm/docreaderNET/DocReader.aspx?bib=EMG-MINMET&pesq=Revista mineracao e metalurgia>. Acesso: fev. 2023.

SALLES, Apolônio. **O Ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas 1930-1944: Produção mineral.** Revista Mineração e Metalurgia, Rio de Janeiro, nº51, v.9, p. 135-137, jul. 1945. Disponível: <acervo.cprm.gov.br/rpi_cprm/docreaderNET/DocReader.aspx?bib=ENGMINMET&pesq=Revista mineracao e metalurgia>. Acesso: fev. 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Iran F. **Recursos Minerais: Política e Sociedade.** São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 1989.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SILVA, Hélio. **1931: Os Tenentes no Poder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (Coleção O Ciclo Vargas, nº IV)

_____. **1933: A Crise do Tenentismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Coleção O Ciclo Vargas, nº VI)

SODRÉ, Nelson Wernerck. **O Tenentismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Os Liberais e a crise da República Velha.** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História nº67)